



destaques do mês

Governo irá privatizar integralmente três terminais aeroportuários internacionais

As operações aeroportuárias e de exploração das áreas comerciais dos terminais internacionais de Guarulhos (SP), Viracopos (SP) e Brasília (DF) serão privatizadas. As concessões serão feitas por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), a serem constituídas por investidores privados nacionais e estrangeiros. A Infraero, que administra hoje todos os principais aeroportos, participará das SPEs com 49% do capital. Os vencedores terão que seguir metas de qualidade, expansão e investimentos, ainda a serem decididas na modelagem dos editais, que devem sair a partir de dezembro. As SPEs serão empresas privadas e ficarão responsáveis tanto pela ampliação e as novas construções dos aeroportos quanto pela gestão desses terminais. Pelo modelo, a Infraero participará das principais decisões da companhia, mas perde o controle de decisões administrativas. (01.06.2011 – O Globo)

Senado aprova prorrogação da RGR

Aprovada no dia 1º de junho, a Medida Provisória 517, que inclui a prorrogação da Reserva Global de Reversão por 25 anos e do Proinfa até o fim do ano, além da criação do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento das Usinas Nucleares (Renuclear). O Renuclear habilita as empresas a adquirir, no mercado interno ou por importação, equipamentos para utilização ou incorporação nas obras de infraestrutura para geração de energia, sem o pagamento de IPI e do Imposto sobre Importação. O benefício vale até 31 de dezembro de 2015. Em relação ao Proinfa, cálculos da Aneel indicam um acréscimo anual de R\$ 182 milhões ao consumidor. O Governo argumentou que a renovação garantirá a estabilidade regulatória ao não prejudicar os investidores contratados pelo Proinfa. (02.06.2011 – Canal Energia)

Plano prevê corte da tarifa elétrica em troca de renovação de concessão

Um grupo técnico do Governo está na fase inicial das discussões que pretende aproveitar o vencimento das concessões do setor elétrico para forçar uma queda nas tarifas. O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, disse que o Conselho Nacional de Política Energética, encomendou estudos sobre prós e contras da prorrogação das concessões e da realização de um novo leilão. Esses estudos estão prontos, mas o Conselho não retomou as discussões. O previsto em lei é que, findo o contrato, a União receberá as usinas,

Confederação Nacional da Indústria

painel

■ Lei autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade

Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2011, autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV. A lei dispõe sobre a autorização para garantia do financiamento do TAV. Mais informações no site: www.antt.gov.br

■ IBAMA autoriza construção de hidroelétricas no Norte

O IBAMA liberou no dia 01/06 a licença de instalação que permitirá a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que terá potência de 11,2 mil MW. Na mesma semana, foi concedida a licença para a construção de Santo Antônio do Jari, com capacidade para gerar 373 MW. Mais informações no site: www.aneel.gov.br

■ 22º Leilão de Biodiesel

O 22º Leilão de Biodiesel da ANP teve sua fase de lances finalizada em 26/5. Ao todo, 39 unidades produtoras arremataram ao menos um item dos 199 licitados, com um volume total de 700 milhões de litros de biodiesel e um total negociado de R\$ 1,5 bilhão. Mais informações no site: www.anp.gov.br

linhas de transmissão e estruturas de distribuição de volta. Para tanto, terá de indenizar os antigos concessionários por investimentos que eventualmente não tenham sido amortizados. Os recursos para a indenização são oriundos da Reserva Global de Reversão e totalizam R\$ 16 bilhões, valor insuficiente para cumprir a finalidade, segundo a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica. O Ministério solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica, a análise do valor necessário para a indenização, porém o estudo ainda não foi concluído. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, caso a prorrogação ocorra, será necessário criar um "encargo de prorrogação" das concessões. O encargo seria pago pelas geradoras ao governo e esse, por sua vez, poderia reduzir outros encargos que incidem nas contas de luz. (05.06.2011 – Folha de São Paulo)

Fluxo de passageiros nos aeroportos deve crescer 32% até 2014

O setor aéreo brasileiro registrou o segundo maior crescimento do mundo nos quatro primeiros meses do ano e o tráfego de passageiros no País deverá ser líder em expansão nos próximos três anos. A Associação Internacional de Transportes (IATA) estima que até 2014 o Brasil terá 90 milhões de passageiros em vôos domésticos por ano, 32% acima dos níveis atuais. Segundo o relatório da entidade, o tráfego de passageiros domésticos no Brasil dobrou em apenas cinco anos. Só a Índia teve uma expansão mais rápida. A expansão do número de vôos no Brasil foi de 24% até o mês de abril, bem acima da média mundial de 16% de crescimento. O relatório aponta ainda o Brasil como o quarto maior mercado de passageiros domésticos até 2014, atrás de EUA (671 milhões), China (379 milhões) e Japão (102 milhões). O crescimento do Brasil será de pelo menos 10% ao ano, segundo a IATA. (06.06.2011 – Estado de São Paulo)

Brasil tem crescimento de 53% em conexões de banda larga

O Brasil chegou em abril deste ano à marca de 41 milhões de acessos à banda larga, segundo balanço da Telebrasil. Nos últimos 12 meses, foram 14 milhões de novos clientes, crescimento de 53%. O levantamento considera números da banda larga fixa e móvel. Nesse período, o crescimento do serviço pela rede móvel foi de 77%. São 26 milhões de acessos nessa categoria, sendo 19 milhões de clientes com celular 3G. A banda larga fixa passou de 12 milhões de acessos, em abril de 2010, para 15 milhões no mês passado, um aumento de 25%. O balanço aponta também que houve crescimento de 70% na velocidade das conexões, de 2008 a 2010, passando de 1 megabit por segundo (mbps) para 1,7 mbps. Atualmente, 28% das conexões no Brasil estão acima de 2 mbps. Nesse mesmo período, houve uma redução de 64% no preço dos acessos fixos. (18.05.2011 – Folha de São Paulo)

■ Leilões A-3 e de Reserva 2011

A EPE finalizou parcialmente o processo de inscrição de empreendimentos para os Leilões de Reserva e A-3 de 2011. Cadastraram-se 568 projetos de usinas hidrelétricas (incluindo PCHs), centrais eólicas e termelétricas movidas à biomassa e a gás natural, que juntos somam uma oferta total de 23.332 MW de capacidade instalada. Mais informações no site: www.aneel.gov.br

■ Petrobras anuncia licitação de sondas

A diretoria da Petrobras aprovou no dia 06/06 nova licitação para construção de 21 sondas marítimas de perfuração no Brasil. A licitação faz parte do plano da Petrobras para contratação de até 28 novas sondas de perfuração a serem construídas no Brasil para exploração em águas ultra-profundas, incluindo os campos localizados no pré-sal. (06/06/2011 – Valor)

Rodovias privatizadas em 2007 investem apenas 55% do previsto

As grandes obras previstas nos contratos de concessão das sete rodovias federais, leiloadas em outubro de 2007, continuam no papel. Apenas 55% do valor definido para os três primeiros anos de concessão foram aplicados nas estradas. Os atrasos envolvem obras nas rodovias administradas pelas espanholas OHL e Acciona e a brasileira BRVias. Pelas regras do edital, as vencedoras se comprometiam a investir cerca de R\$ 5 bilhões nos primeiros cinco anos de concessão. Os investimentos incluíam os trabalhos iniciais (preparar a rodovia com pavimentação e sinalização para iniciar a cobrança do pedágio), obras de melhoria e ampliações, edificações e equipamentos. Mas os planos ficaram no meio do caminho e os cronogramas foram alterados. Projetos que deveriam ser entregues em 2012, por exemplo, foram prorrogados para 2015. Outros ainda nem têm previsão de início ou término das obras. A ANTT, responsável pela fiscalização das rodovias, atribui boa parte dos atrasos à dificuldade para obter o licenciamento ambiental dos empreendimentos e a complexidade dos projetos. As obras das rodovias federais estão praticamente paradas por falta de licenças ou impasses relacionados à desapropriação. Mas há situações em que as empresas nem terminaram os estudos para dar entrada no IBAMA. (06.06.2011 – Estado de São Paulo)

Início de operação de Angra 3 deve ser adiado em um ano

A entrada em operação da usina nuclear de Angra 3, prevista para 2015, deverá sofrer adiamento de pelo menos um ano. O atraso na conclusão da obra será reflexo, em parte, da lentidão no processo de licitação para adquirir equipamentos da nova usina pela Eletronuclear. A previsão inicial da estatal era de que o edital, estimado em R\$ 1,5 bilhão, fosse publicado em setembro do ano passado. Essa situação deve comprometer o início das operações da usina que hoje tem cerca de 15% de seu projeto executado. Hoje, as duas usinas nucleares em atividade no país, Angra 1 e 2, fornecem juntas 2 mil MW de energia, o que representa 2% da matriz energética brasileira. Com Angra 3, deverão ser adicionados mais 1.400 MW à fonte. (31.05.2011 – Valor Econômico)

Brasil limpará a matriz com hidroelétricas

O Governo Federal aposta na expansão das usinas hidroelétricas para acelerar o processo de limpeza da matriz energética do País em substituição aos combustíveis fósseis. Os investimentos planejados somam o valor de R\$ 214 bilhões a serem aplicados nos próximos dez anos. A garantia de continuidade desse plano é do Ministro das Minas e Energia, Edson Lobão. "Nos próximos quatro anos agregaremos a nossa matriz uma capacidade de 23 mil MW de potência instalada", afirmou. O ministro disse que 2011 será marcado por diversos leilões de energia elétrica e de transmissão, certames de energia de reserva e fontes alternativas. Além dos estudos para a construção de novas hidroelétricas, usinas de energia eólica e de biomassa também estão no foco desses investimentos. "Até 2019, a

capacidade de instalação do Brasil em energia eólica pode ser multiplicada por dez e a de biomassa poderá alcançar 9 mil MW", afirmou o ministro. (26.05.2011 – DCI)

Ferrovias tem velocidade pré-privatização

Em mais de uma década, desde a privatização, as ferrovias de carga no Brasil não conseguiram sair da média de 29 km/h, bem abaixo de indicadores nos mercados internacionais. Os trens brasileiros são 34% mais lentos que os americanos e 62% menos velozes na comparação com os chineses, segundo levantamento do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos). Há casos no País em que as composições (locomotivas e vagões) não superaram a média de 15 km/h. É o caso, por exemplo, da Transnordestina, administrada pela CSN. A baixa velocidade é decorrente de uma série de fatores. O primeiro obstáculo é o contrato de concessão. As empresas que administram as ferrovias argumentam que boa parte dos investimentos é de responsabilidade do Governo Federal. Entre as obrigações do Estado está a solução para o excesso de cruzamentos entre ferrovias e rodovias. A ausência de pontes ou túneis para transpor essas barreiras obrigam as locomotivas a reduzir a velocidade ou até parar. Outro gargalo é a invasão da faixa de domínio. (15.05.2011 – O Estado de São Paulo)

Repasse para saneamento cai 12% até abril

O Governo Federal liberou menos recursos federais aos municípios para projetos de saneamento do PAC até abril. A queda foi de 12% nos primeiros quatro meses deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. De janeiro a abril de 2010 foram repassados R\$ 1,3 bilhão às prefeituras, e neste ano, até abril, foram desembolsados R\$ 1,1 bilhão. Os valores englobam financiamentos e recursos do Orçamento Geral da União (OGU). No contingenciamento anunciado no começo deste ano, o Ministério das Cidades, sofreu um corte de 41% no seu orçamento de 2011 e caiu de R\$ 21 bilhões para R\$ 8,6 bilhões. De acordo com o Ministério das Cidades, a queda na execução não tem a ver com o corte no Orçamento. O ministério defende que os empreendimentos do setor de saneamento têm um caráter plurianual, e a análise de um período de quatro meses é complexa, pois pode envolver variáveis relacionadas à sazonalidade climática e à própria dinâmica de cronograma de cada obra. (20.05.2011 – Valor Econômico)

Infraero ajusta cronograma de obras para aeroportos da Copa

A Infraero mudou o cronograma das obras dos aeroportos que vão servir à Copa do Mundo de 2014. Datas de início e etapas intermediárias foram adiadas, para eliminar atrasos. Prazos de conclusão foram ampliados, para que tudo fique pronto até dezembro de 2013. Se as novas datas forem cumpridas à risca, no entanto, três das cinco prováveis sedes da Copa das Confederações não terão as obras concluídas para essa competição, em junho de 2013: Brasília/DF, Belo Horizonte/MG e Porto Alegre/RS. Pelo cronograma anterior, só Confins (MG) não estaria pronto na data. (05.06.2011 – Folha de São Paulo)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de Abril de 2011 até 31 de dezembro de 2015

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	887	3.633	2.208	505	795	8.028
Otimista	1.490	3.750	2.208	1.167	1.396	10.011

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	2.847	531	360	0	1.350	5.088
Otimista	3.138	1.083	5.663	0	1.400	11.284

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	1.996	666	89	27	0	2.778
Otimista	3.130	3.111	703	143	173	7.260

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	5.731	4.830	2.657	533	2.145	15.895
Otimista	7.759	7.944	8.574	1.310	2.969	28.556

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

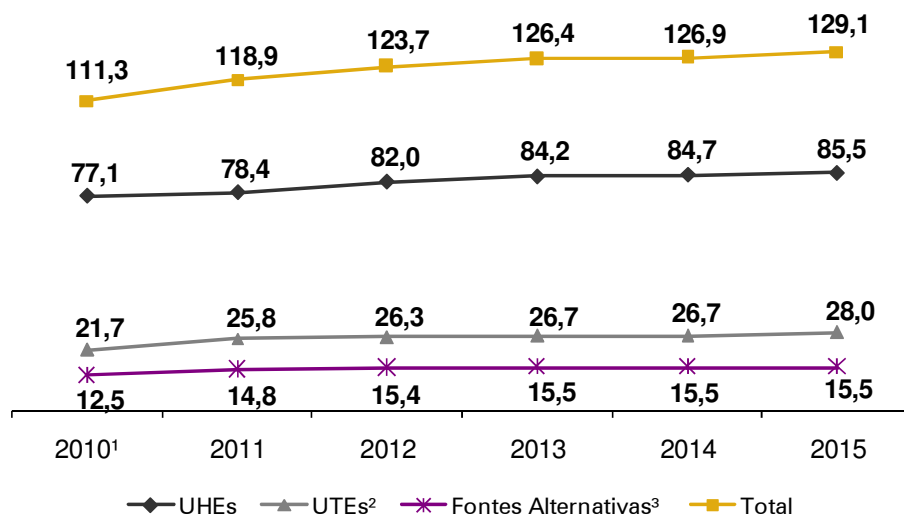
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 1,7% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de abril de 2011 e 31 de dezembro de 2015.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 28,6 mil MW no período 2011-2015. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 3,2% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

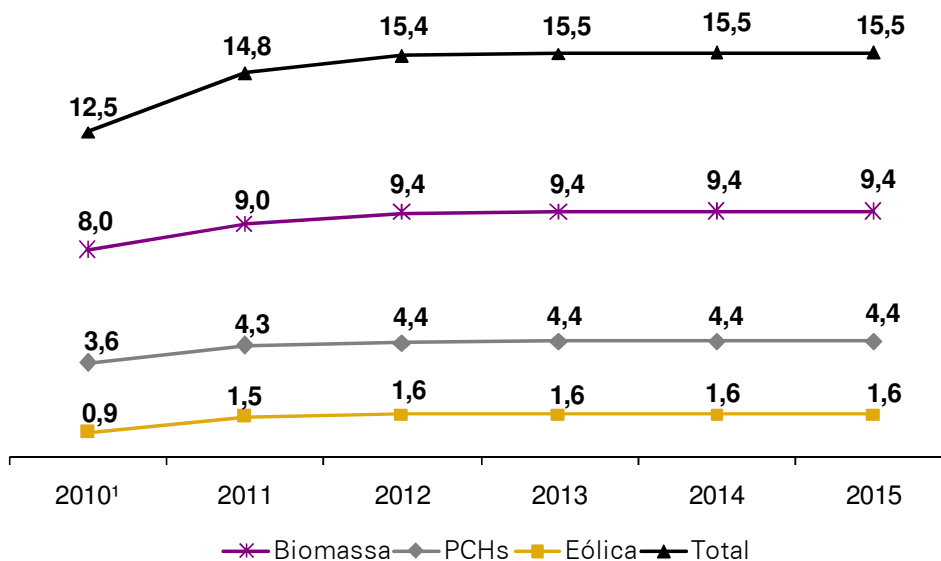
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2010.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2010.

Entre 2010 e 2015, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 11% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento das usinas térmicas (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 29% no mesmo período.

Em 2010, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2015 deverão representar 66%. A participação na capacidade total instalada das UTES deve aumentar de 20% para 22%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve manter-se em 7% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve também permanecer em torno de 3% em 2015.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2015, deve ser de 1,3%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2011, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,8% e 4,5%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2015, seis apresentam restrições para a contratação de 1.524 MW: Belo Monte (PA), Colider (MT), Dardanelos (MT), Ferreira Gomes (AP), Garibaldi (SC) e Santo Antônio (AP/PA). No cenário conservador, 8 mil MW devem entrar em operação até 2015.

A UHE de Jirau tem previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, a partir do ano de 2012 (1.950 MW).

A UHE de Santo Antônio (RO) tampouco apresenta restrições e, de acordo com o Relatório da Aneel, a entrada em operação foi antecipada para 2011, com os primeiros 70 MW.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade instalada prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 11,3 mil MW até 2015, apenas 5,1 mil MW (45%) não apresentam restrição ao andamento dos projetos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas (F.A.)

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 703 MW de potência adicional até 2014. Desse total, 98 MW (14%) correspondem à potência de 7 usinas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Já no cenário otimista, até 2014, devem entrar em operação 1,4 mil MW, sendo 120 MW (9%) equivalentes às usinas do PROINFA.

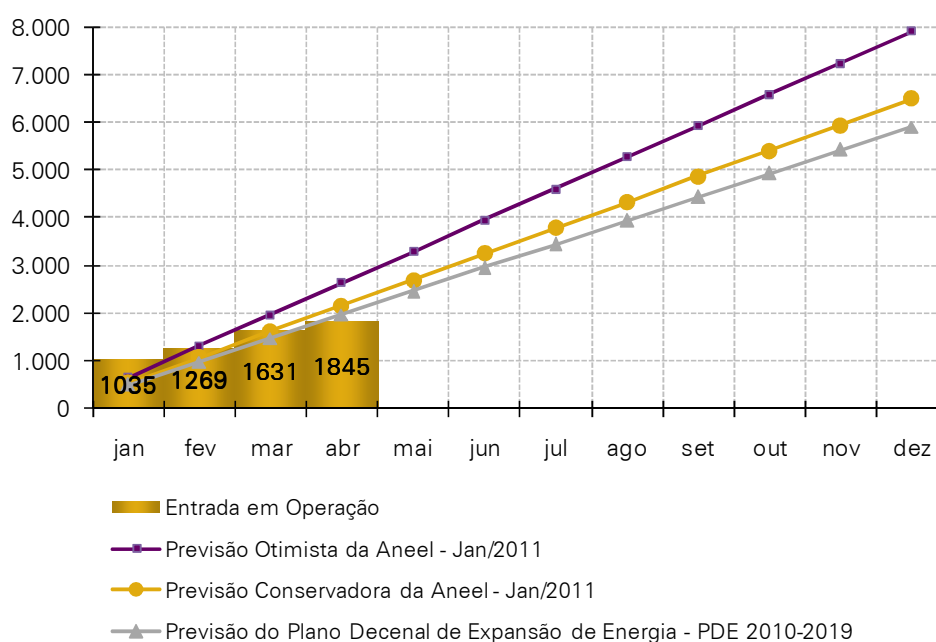
As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,4 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 2,8 mil MW até 2015. As 6 usinas à biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 718 MW até 2012, sendo 297 MW (41%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 3 mil MW até 2013. Destas, 533 MW (18%) são integrantes do PROINFA.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora em operação para que a previsão seja atingida.

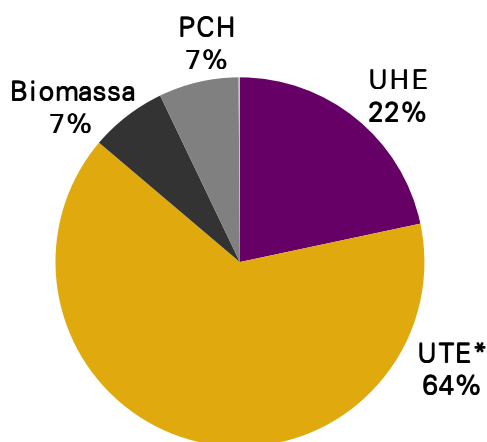
Expansão da Capacidade de Geração em 2011 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2011, até 15 de abril, entraram em operação 1.845 MW. Desse total, as UTEs representaram 64% da potência total instalada. As UHEs representaram 22% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 400 MW. As PCHs e UTEs à biomassa representaram, cada uma, 7% da capacidade instalada no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de abril de 2011



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em março de 2011, 36.154 GWh, apresentando crescimento de 3% em relação a março de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 4%.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Março 2010	Março 2011	Var. %	Jan-Mar 2010	Jan-Mar 2011	Var. %
Residencial	9.151	9.500	4	27.322	28.760	5
Industrial	14.860	15.243	3	42.497	44.414	5
Comercial	6.155	6.373	4	17.873	18.961	6
Outras	5.000	5.038	1	14.653	15.096	3
Total	35.166	36.154	3	102.345	107.231	5

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Em 2011, até março, o consumo pelo setor industrial foi 5% superior ao apresentado em 2010. A região Nordeste foi a única do País a obter resultado negativo no consumo industrial de energia no acumulado do ano (-5,4%).

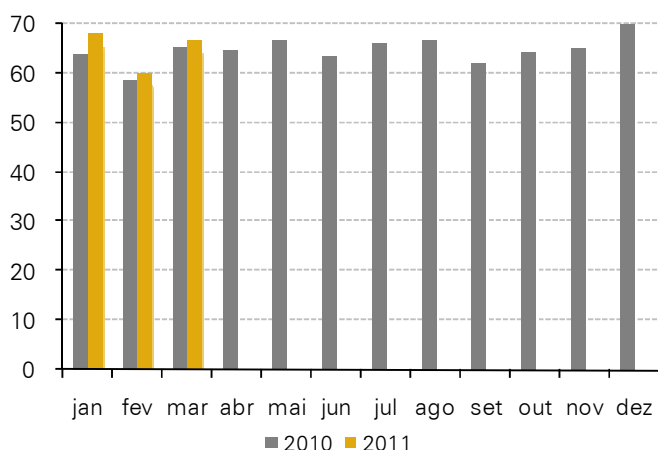
2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de março de 2011 foi de 67 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), apresentando aumento de 2% em relação a março do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 4% em comparação a 2010.

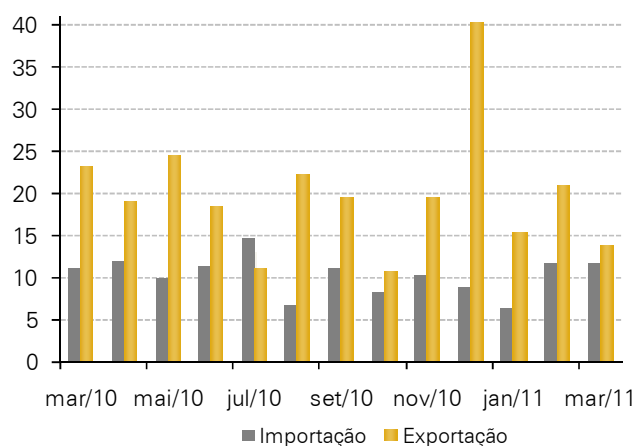
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em março de 2011, foi de 59 milhões bep. Esse volume foi 18% superior ao observado em março de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 7%.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)

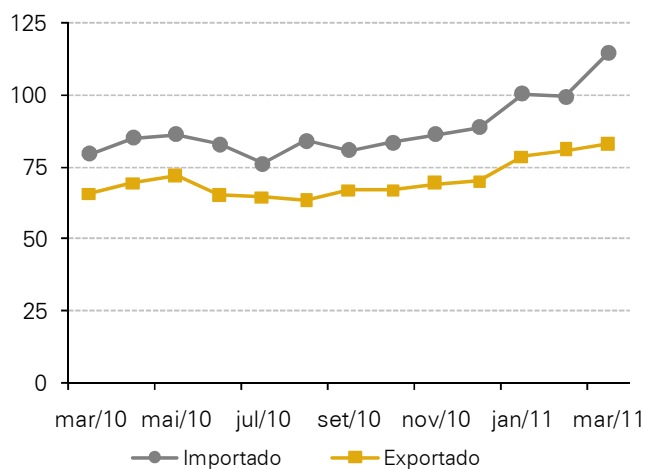


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em março de 2011, foi de 14 milhões bep, valor 40% inferior ao exportado em março de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 13% menor em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em março de 2011, foi de US\$ 114,57/barril, valor 45% superior ao observado em março de 2010.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

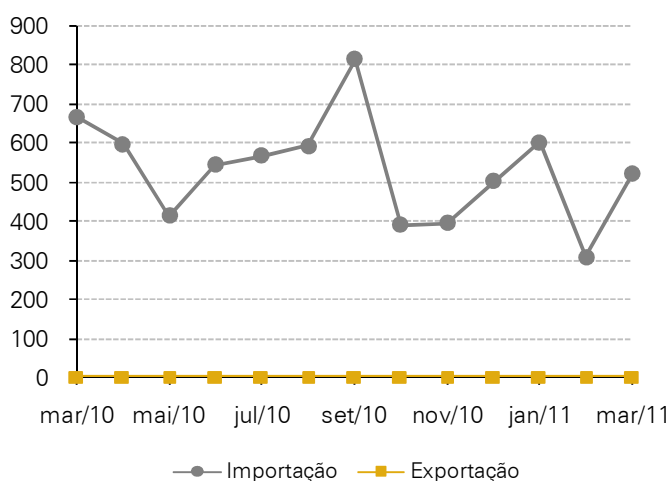


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

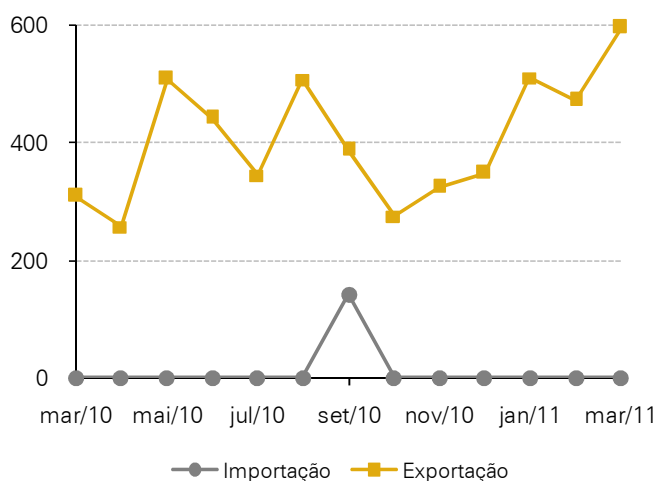
Em março de 2011, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 58 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), valor 21% superior ao produzido em março de 2010. Até março de 2011, a produção apresentou aumento de 9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

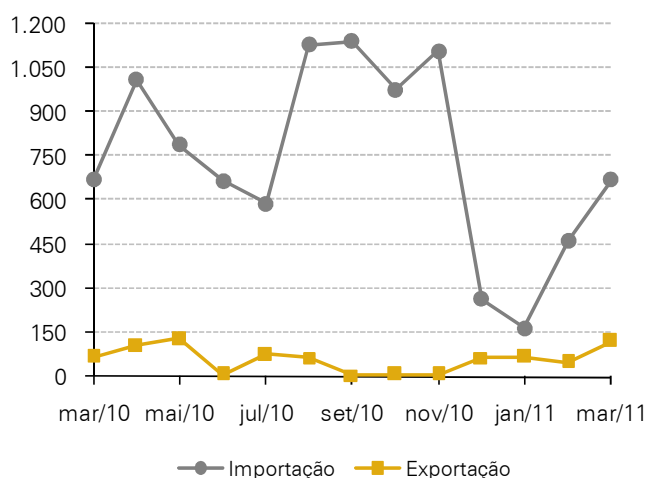


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em março de 2011, foi de 13 milhões bep, valor 6% inferior ao registrado em março do ano anterior. Até março, o volume de derivados importado foi 9% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior.

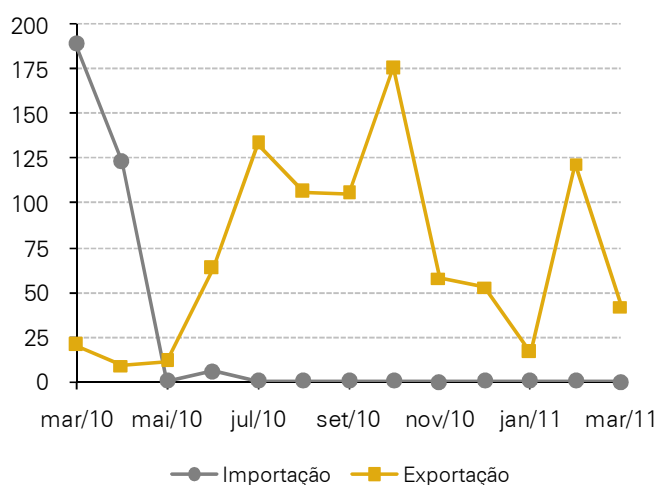
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em março de 2011, foi constatado um total de 9 milhões bep, o que representa um volume 23% superior ao mesmo mês de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 2% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em março de 2011, o Brasil registrou uma dependência externa de 3% na balança comercial de petróleo e derivados. Esse resultado deveu-se, principalmente, à importação líquida negativa de petróleo verificado naquele mês (ou seja, exportação superior à importação). No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa, no valor de 8%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	mar/2010	jan-mar/2010	mar/2011	jan-mar/2011
Produção de Petróleo (a)	65	188	67	195
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-12	-28	-2	-20
Imp. Líq. de Derivados (c)	7	10	4	6
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	60	170	69	180
Dependência Externa (e)=(d-a)	-6	-18	2	-14
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-10	-11	3	-8

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em março de 2011, apresentou saldo negativo de US\$ FOB 584 milhões. Ou seja, o Brasil importou US\$ FOB 584 milhões a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ FOB 39 milhões.

No acumulado do ano a balança apresentou saldo positivo de US\$ FOB 273 milhões.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	mar/10	jan-mar/2010	mar/11	jan-mar/2011
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.524	3.773	1.144	4.010
Dispêndio com importação (b)	875	2.407	1.336	3.113
Balança Comercial (c)=(a-b)	650	1.366	-192	897
Derivados				
Receita com exportação (d)	557	1.796	839	2.243
Dispêndio com importação (e)	1.168	2.742	1.230	2.867
Balança Comercial (f)=(d-e)	-611	-946	-391	-624
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.081	5.569	1.983	6.253
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.042	5.148	2.566	5.980
Balança Total (i)=(g)-(h)	39	420	-584	273

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

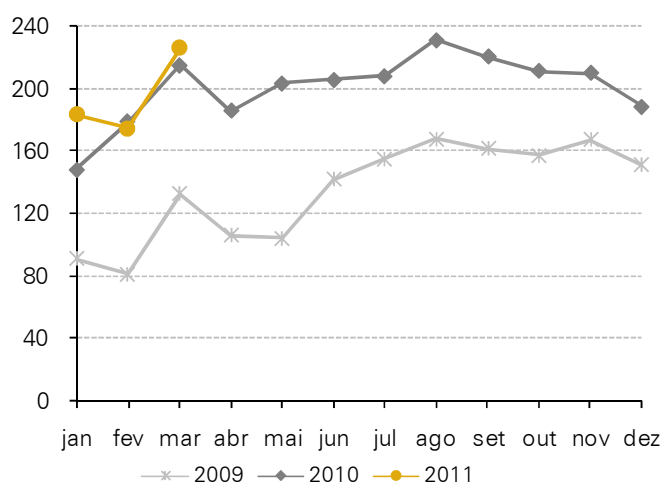
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em março de 2011, foi de 226 mil m³, montante 5% superior ao produzido em março de 2010. No acumulado do ano, a produção foi 8% superior.

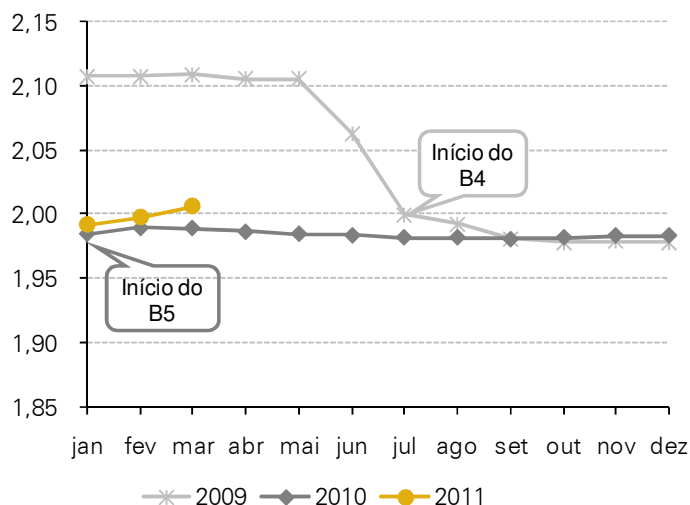
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em março de 2011, foi de R\$ 2,00/ ℓ, valor 0,3% superior observado em março de 2010.

**Produção de Biodiesel
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)***



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.
*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2010/2011 produziu, até o dia 1º de março de 2011, 27.366 mil m³ de álcool, sendo 19.438 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (71%). Em relação ao mesmo período da safra 2009/2010, houve um aumento de 5%.

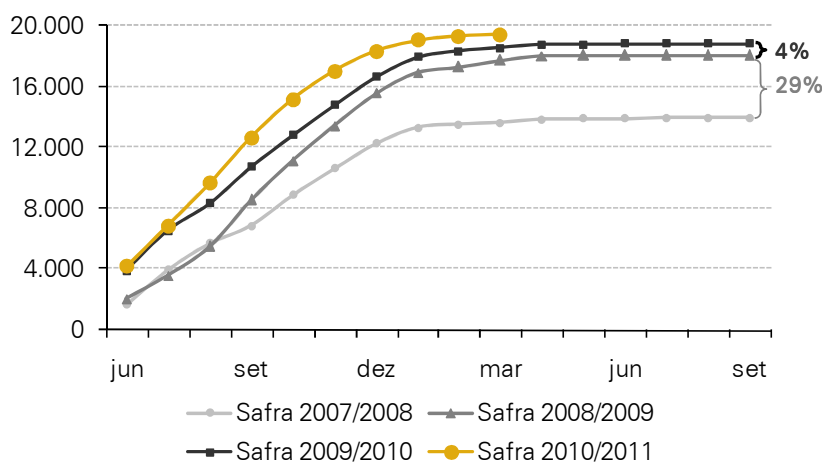
A produção total de álcool foi 8% superior em relação à safra anterior, puxada pelo volume 15% superior de álcool anidro produzido na safra 2010/2011.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2009/2010 (até 1º de março de 2010)	Safra 2010/2011 (até 1º de março de 2011)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	6.873	7.927	15
Álcool Hidratado (mil m ³)	18.579	19.438	5
Total Álcool (mil m³)	25.452	27.366	8
Açúcar (mil ton)	32.462	37.163	14

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



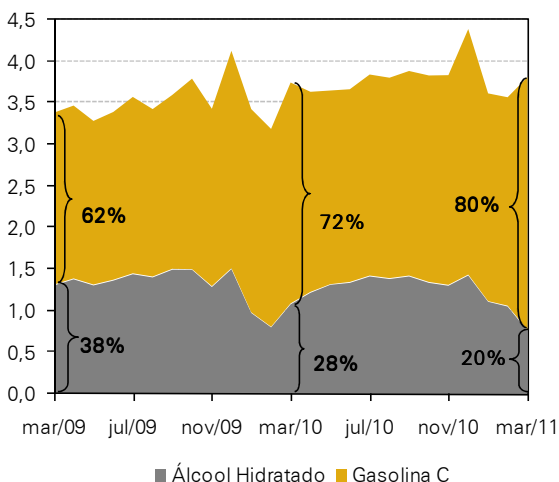
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

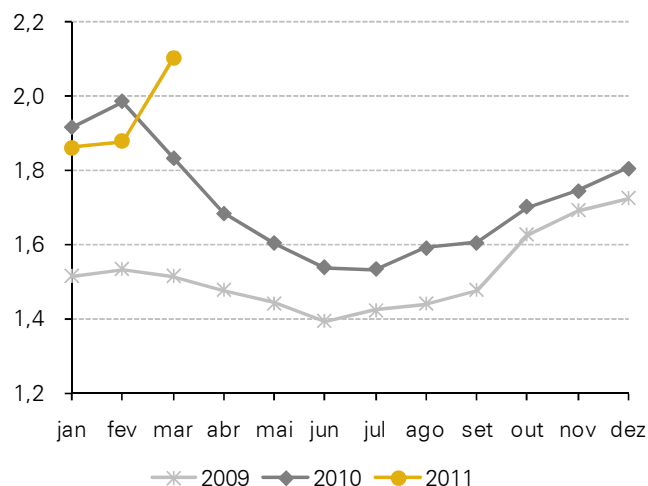
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 764 mil m³ em março de 2011. Esse número representa uma diminuição de 30% em relação a março de 2010. No acumulado do ano, as vendas foram 2,4% superiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

Em março de 2011, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,1/ℓ, valor 15% superior ao registrado em março de 2010.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



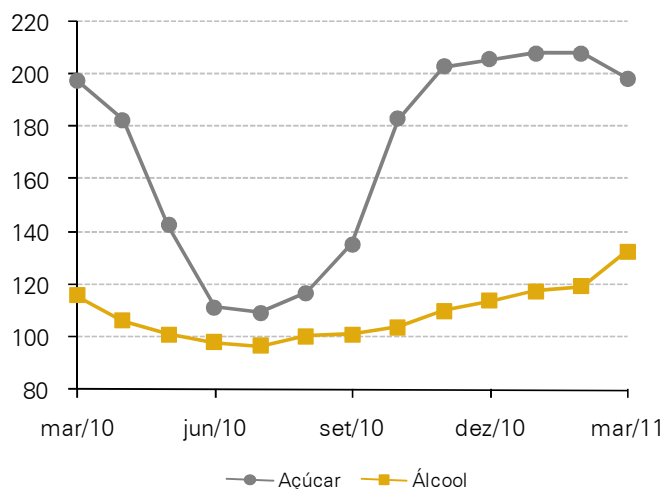
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em março de 2011, foi de 61.436 mil m³, representando um aumento de 3% comparado à média verificada em março de 2010. No acumulado do ano, esse valor foi 7% superior ao apresentado no mesmo período de 2010.

A importação de gás natural realizada pelo País em março de 2011 foi de 30.341 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 66.876 mil m³/dia. Este montante é 21% superior ao observado em março de 2010. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 20% superior quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 41% em março de 2011. Em março de 2010, essa proporção havia sido de 49%.

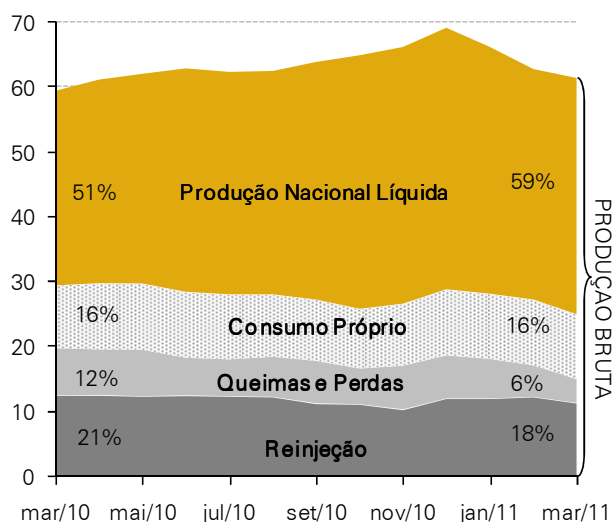
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em mar/2010	Média do período jan-mar/2010	Média em mar/2011	Média do período jan-mar/2011
Produção Nacional¹	59.476	59.519	61.436	63.503
- Reinjeção	12.512	12.318	11.316	11.856
- Queimas e Perdas	7.218	7.492	3.662	4.851
- Consumo Próprio	9.661	9.457	9.922	10.020
= Produção Nac. Líquida	30.085	30.252	36.536	36.776
+ Importação	25.375	24.312	30.341	28.477
= Oferta	55.460	54.564	66.876	65.254

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

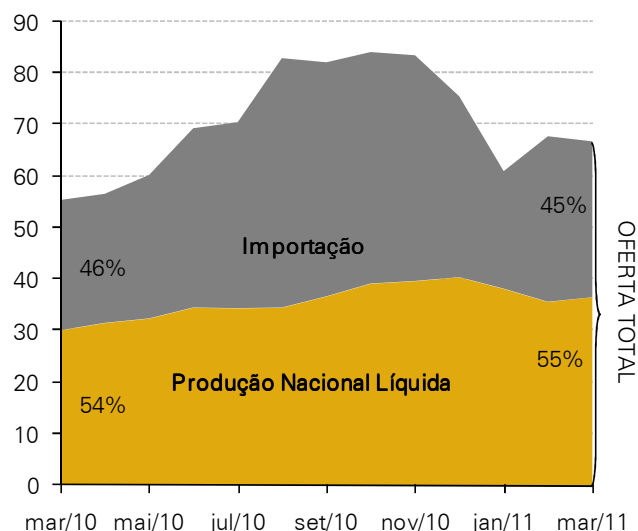
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em março de 2011 foi, em média, de 45 milhões de m³/dia. Essa média é 13% superior aos 40 milhões de m³/dia consumidos em março de 2010. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 15% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

O setor industrial, em março de 2011, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa um aumento de 15% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A indústria foi responsável por 64% do volume total de gás consumido em março de 2011.

No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 13% superior em relação ao mesmo período de 2010.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	mar/11	jan-mar/2011	mar-2011/ mar-2010	Acumulado do ano
Industrial	28.621	27.941	15	13
Automotivo	5.285	5.260	-7	-6
Residencial	688	639	9	9
Comercial	630	634	6	8
Geração Elétrica	5.558	6.590	30	62
Co-geração*	3.188	3.215	20	20
Outros	928	809	16	-5
Total	44.898	45.088	13	15

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

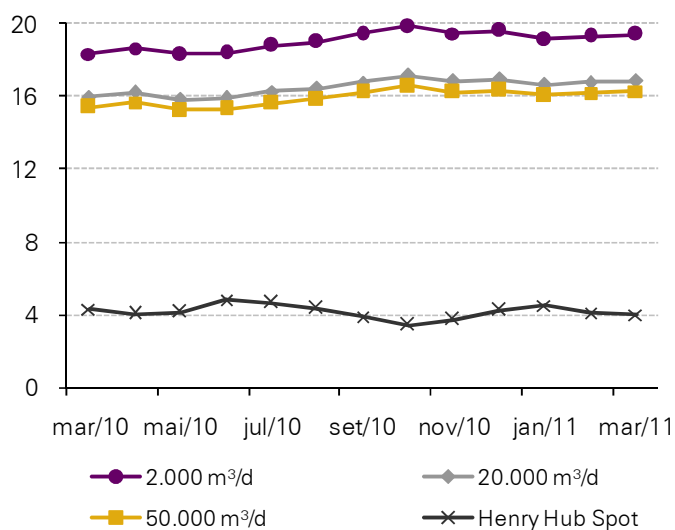
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em março de 2011, foi de US\$ 17,51/MMBtu, valor 6% superior ao apresentado em março de 2010 (US\$ 16,57/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em março de 2011, o preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,97/MMBtu, valor 7,4% inferior ao apresentado em março de 2010 (US\$ 4,29/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

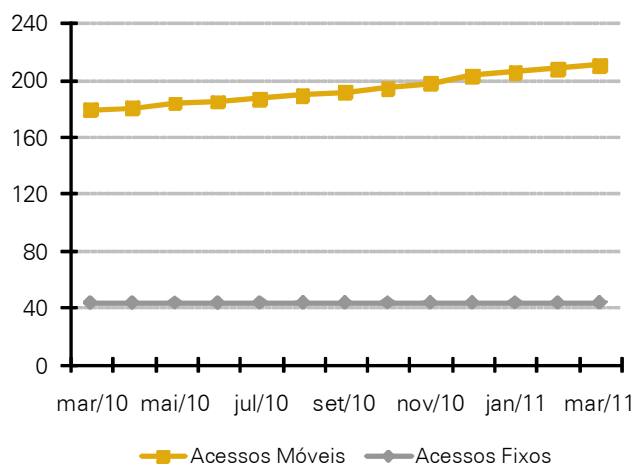
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em março de 2011, o número de acessos móveis em operação foi de 211 milhões, montante 18% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,4% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em março de 2011, o número de acessos fixos foi de 44 milhões, montante 1% superior ao averiguado em março de 2010.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em fevereiro de 2011, a movimentação de granel sólido nos portos selecionados (Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Itaqui/MA, S. Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS, Aratu/BA, Suape/PE) teve queda de 1%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 7% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Até fevereiro de 2011, as movimentações de granel sólido e granel líquido aumentaram em comparação ao mesmo período do ano anterior, respectivamente, 24% e 7%.

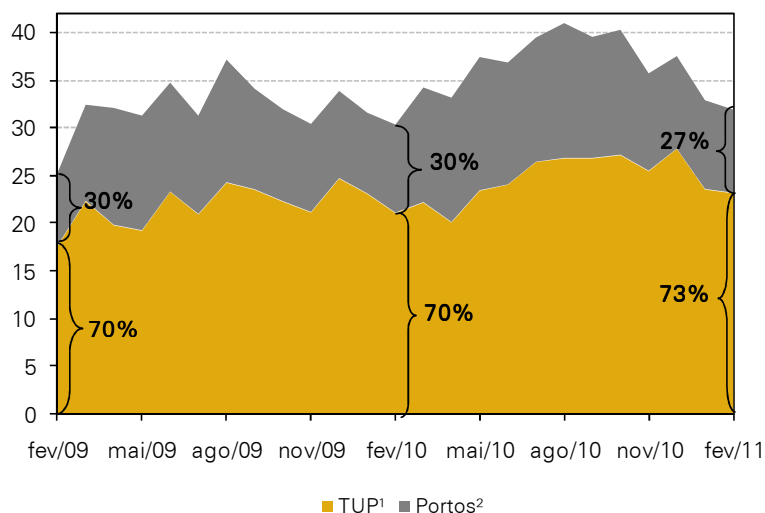
A movimentação total de cargas nos portos selecionados, em fevereiro de 2011, foi 5% inferior em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, até fevereiro, a movimentação total foi 2% superior ao mesmo período de 2010.

Movimentação em Portos Seleccionados - por Natureza

	Granel sólido	fev-2011 /	Granel líquido	fev-2011 /	Contêiner	fev-2011 /
	fev-2011	fev-2010	fev-2011	fev-2010	fev-2011	fev-2010
	(mil t)	(%)	(mil t)	(%)	(TEU)	(%)
Santos (SP)	1.985	-10	801	-15	215.585	38
Paranaguá (PR)	1.520	-15	135	-5	36.882	-15
Vila do Conde (PA)	1.021	5	158	7	3.658	150
Rio Grande (RS)	492	69	224	25	41.370	-10
Itaqui (MA)	327	70	511	0	0	-
São Francisco do Sul (SC)	234	13	0	-	13.286	48
Aratu (BA)	111	53	182	-43	0	-
Suape (PE)	15	-80	326	22	29.068	32
Total	5.705	-1	2.339	-7	339.849	22

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Movimentação Total de Cargas Terminais de Uso Privativo e Portos Seleccionados (milhões t)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

¹ Ponta de Madeira/MA, Tubarão/ES, Almirante Barroso/SP, Porto de Trombetas/PA, Manaus/AM, Madre de Deus/BA

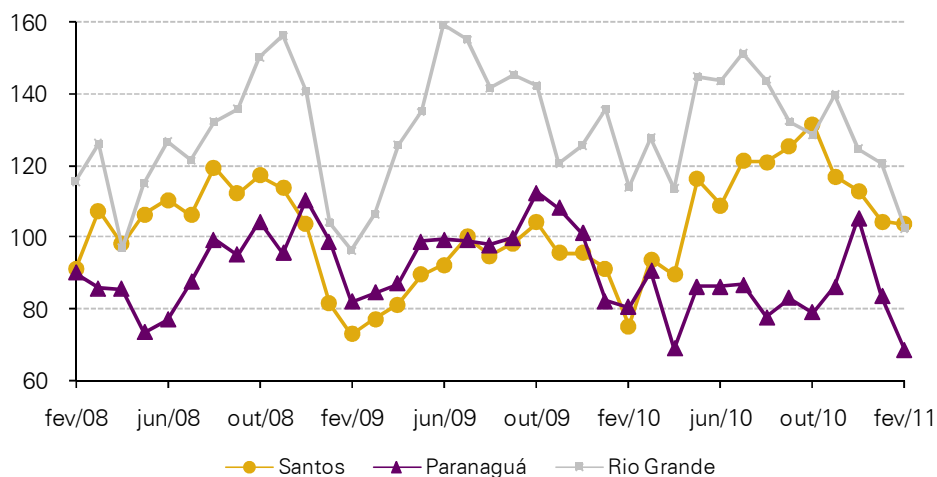
² Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Rio Grande/RS, Itaqui/MA, Suape/PE, São Francisco do Sul/SC, Aratu/BA,

Em fevereiro de 2011, os terminais de uso privativo (TUPs) representaram 73% da movimentação total dos portos e terminais seleccionados. A movimentação total nos TUPs foi de 23.171 mil toneladas, volume 10% superior a fevereiro de 2010.

Cerca de 78% da movimentação dos TUPs refere-se a granéis sólidos. Os terminais de Tubarão e Ponta da Madeira foram responsáveis, em fevereiro, por 41% e 30%, respectivamente, da movimentação total dos TUPs seleccionados.

Em fevereiro de 2011, a quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados do País (com exceção dos portos de Itaguaí/RJ e do Rio de Janeiro/RJ) foi de 420.335 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 22% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação de Contêineres (jan/08 = base 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

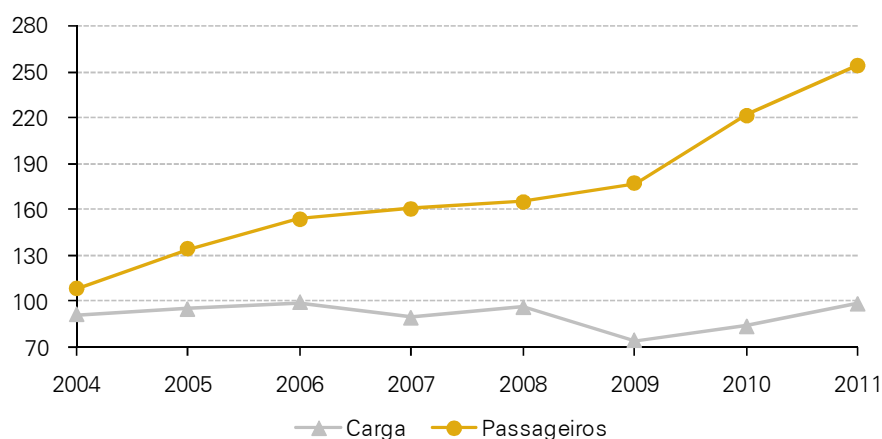
Em fevereiro de 2011, o porto de Paranaguá apresentou queda de 15% na movimentação de contêineres em relação a fevereiro de 2010. O porto de Rio Grande, em fevereiro de 2011, apresentou queda de 10% na movimentação de contêiner em relação a fevereiro de 2010. O porto de Santos apresentou aumento de 38%.

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Até o fechamento desta edição a Infraero não havia homologado os dados de movimentação de carga no aeroporto de Campinas para janeiro e fevereiro de 2011.

Em 2011, no período de janeiro a março, a movimentação de passageiros nos aeroportos da Infraero foi 15% superior à ocorrida no mesmo período de 2010. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros, com aumento mais significativo em 2010.

Movimentação de Cargas e Passageiros - janeiro a março de cada ano* (Ano base: 2003 = 100)

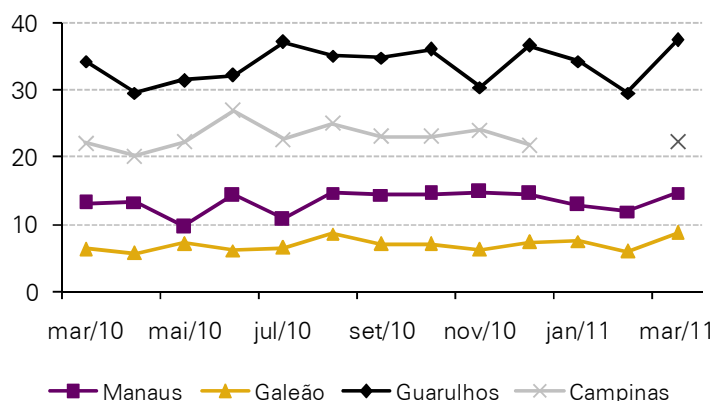


Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Movimentação de cargas para os aeroportos gerenciados pela Infraero excluindo o aeroporto de Campinas (66 aeroportos).

Em março de 2011, a movimentação de carga aérea total no País foi de 124 mil toneladas, número 17% superior ao mesmo mês do ano anterior. O aeroporto de Guarulhos representou 30% do total movimentado e teve um aumento de 9% em comparação a março de 2010. O aeroporto de Campinas, que movimentou 18% do total, teve um crescimento de 2% na comparação com março de 2010.

Carga Aérea nos Principais Aeroportos* (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

* Não incluí os meses de janeiro e fevereiro para Campinas

Em março de 2011, 14 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 21% superior ao observado em março de 2010. No acumulado do ano, a movimentação total de passageiros nos aeroportos gerenciados pela Infraero foi de 42.612, número 15% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Mar (mil)	Variação (%)	Março (mil)	Variação (%)
2003	17.124	-	5.783	-
2004	19.043	11	6.421	11
2005	22.521	18	7.602	18
2006	25.336	13	8.444	11
2007	27.038	7	9.029	7
2008	28.285	5	9.505	5
2009	28.698	1	9.485	0
2010	36.936	29	12.006	27
2011	42.612	15	14.491	21

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a março de 2011, foi de 101 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 5% superior ao mesmo período de 2010. Nesse período, a produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (31%), seguida pela indústria cimenteira e construção civil (9%). O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado (77 milhões de TUs) no acumulado de janeiro a março de 2011.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Mar

Ano	2010	2011	Variação
Mercadoria	Jan-Março (mil TU)	Jan-Março (mil TU)	acum-11/ acum-10
Minério de Ferro	71.724	76.848	7%
Soja e Farelo de Soja	5.572	4.653	-16%
Indústria Siderúrgica	4.191	4.022	-4%
Carvão/Coque	2.857	3.048	7%
Grãos Minerais	2.439	2.208	-9%
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	2.402	2.246	-7%
Produção Agrícola (exceto soja)	2.311	3.027	31%
Indústria Cimenteira e Construção Civil	1.169	1.271	9%
Azubos e Fertilizantes	1.068	1.098	3%
Extração Vegetal e Celulose	988	1.053	7%
Cimento	807	746	-8%
Conteiner	663	589	-11%
Carga Geral - Não Containerizada	36	28	-23%
Total	96.228	100.837	5%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em março de 2011, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 53 milhões de toneladas, montante 5% inferior ao averiguado em março do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	mar/2011	jan-mar/2011	mar-2011/ mar-2010	Acumulado do ano
Marítimo	49.623	139.038	-5	2
Fluvial	1.540	3.815	7	14
Aéreo	97	336	-39	-7
Ferrovário	56	145	-38	-36
Rodoviário	848	2.475	-14	-4
Outros*	747	2.154	8	13
Total	52.911	147.963	-5	3

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em março de 2011, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 3,1 bilhões, valor 26% inferior ao valor aportado em março de 2010.

Desembolso mensal BNDES

Setor	mar/10 R\$ milhão	jan-mar/2010 R\$ milhão	mar/11 R\$ milhão	Participação %	jan-mar/2011 R\$ milhão	acum-11/acum-10 %
Refino e Álcool	245	467	276	9	639	37
Energia Elétrica e Gás Natural	1.499	2.510	465	15	2.189	-13
Saneamento	216	279	78	3	231	-17
Telecomunicações	47	115	70	2	123	7
Transporte	2.174	6.237	2.204	71	6.814	9
<i>Aéreo</i>	67	92	53	-	161	75
<i>Aquaviário</i>	103	107	194	-	379	256
<i>Terrestre</i>	2.004	6.039	1.956	-	6.274	4
Total Infraestrutura	4.181	9.609	3.092	100	9.996	4

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2011 foi de, aproximadamente, R\$ 1,97 trilhão. Deste valor, aproximadamente R\$ 64 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 3% do orçamento total de 2011 ou 1,8% do PIB de 2010, que totalizou R\$ 3,675 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,1 bilhões, ou 27% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2011, foram empenhados, até o dia 31 de maio, R\$ 11,4 bilhões (18% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 1,7 bilhão. O pagamento realizado foi no valor de R\$ 1,4 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 14,1 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,1 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2011, R\$ 6 bilhões foram empenhados (35% do orçamento), R\$ 490 milhões foram liquidados e R\$ 371 milhões foram pagos até o dia 31 de maio. Os restos a pagar pagos somam R\$ 4,4 bilhões, o que resulta em um pagamento total de aproximadamente R\$ 4,7 bilhões.

Cerca de 77% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,1 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,6 bilhões, ou 15%) e hidroviário (apenas R\$ 476 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2011, cerca de R\$ 1,1 bilhão em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 8,6 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 9,5 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 48,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2011.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 43% foram pagos até 31 de maio (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 23% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2011, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 40,2 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 43% no Ministério das Cidades (R\$ 17,1 bilhões) e 38% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,4 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 19% do orçamento autorizado e liquidou 2%, até 31 de maio. O pagamento realizado foi de R\$ 801 milhões e os restos a pagar pagos somaram R\$ 9 bilhões, totalizando R\$ 9,8 bilhões pagos. Restam R\$ 24 bilhões em restos a pagar a pagar nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2011, as empresas estatais e agências de fomento apresentam dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 108 bilhões. Foram executados, até o segundo bimestre, investimentos no valor de R\$ 23 bilhões, equivalentes a 21% da dotação autorizada para 2011. Esse valor foi 10% inferior ao desembolsado em 2010, no mesmo período.

Em relação às estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2011 soma R\$ 100 bilhões. As despesas realizadas até o segundo bimestre foram de cerca de R\$ 22 bilhões, o que representa 22% do total executado.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 85% da dotação autorizada para as estatais em 2011 e respondeu por 90% da despesa realizada até o segundo bimestre do ano, num total de R\$ 20 bilhões (execução de 22% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 31/05/2011*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	857	85	10	4	1	4	1	273	277	872
MAPA	1.212	6	0	1	0	0	0	240	240	1.102
MCT	1.185	228	19	87	7	23	2	190	213	826
MDIC	0	0	-	1	-	1	-	10	10	88
MME	191	8	4	1	0	0	0	22	23	18
M. Transportes	17.139	6.038	35	490	3	371	2	4.353	4.724	5.798
M. Comunicações	121	2	2	0	0	0	0	10	10	42
MMA	154	7	4	1	0	1	0	16	17	22
MDA	1.048	14	1	0	0	0	0	133	133	705
M. Defesa	7.010	1.331	19	247	4	195	3	1.675	1.870	2.113
M. Int. Nacional	4.685	783	17	357	8	354	8	731	1.085	5.302
M. das Cidades	7.615	405	5	81	1	80	1	1.142	1.223	9.190
Outros**	22.629	2.534	11	392	2	356	2	3.961	4.316	16.545
Total	63.845	11.440	18	1.660	3	1.386	2	12.755	14.141	42.623

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2011 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período – atualizados até 31/05/2011*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.591	1.707	66	91	3	81	3	309	389	955
Hidroviário	476	18	4	0	0	0	0	92	92	259
Portuário	14	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Rodoviário	13.120	4.234	32	397	3	289	2	3.900	4.189	4.297
Outros	938	80	8	2	0	2	0	52	53	281
Total	17.139	6.038	35	490	3	371	2	4.353	4.724	5.798

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2011

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período – atualizados até 31/05/2011* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	1.136	(1)	1.090	46
União	8.636	(58)	2.906	5.672

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período – atualizados até 31/05/2011* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	9.463	(447)	3.263	5.753
União	48.290	(1.489)	9.850	36.951

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 31/05/2011*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	944	59	6	0	0	0	0	248	248	589
M. Planejamento	223	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MCT	0	0	-	0	-	0	-	8	8	8
M. Fazenda	80	0	-	0	-	0	-	0	0	750
MEC	1.371	650	-	2	-	0	-	18	18	31
MME	350	0	-	0	-	0	-	0	0	0
M. Justiça	354	76	22	28	8	19	5	85	104	125
M. Saúde	1.606	2	0	0	0	0	0	168	168	2.781
M. Transportes	15.366	6.132	40	638	4	526	3	4.254	4.781	5.425
MMA	0	0	-	0	-	0	-	12	12	6
MDA	292	0	-	0	-	0	-	0	0	2
M. Defesa	0	28	-	3	-	2	-	117	118	305
M. Integr. Nacional	2.433	404	17	173	7	172	7	615	787	2.595
M. Cidades	17.147	416	2	83	0	82	0	3.475	3.557	11.348
Total	40.165	7.766	19	927	2	801	2	9.001	9.802	23.966

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2010 Estatais e Agências de Fomento

R\$ milhão

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 2º bim.
Minas e Energia	99.503	21.757
Comunicações	1.052	68
Transportes ¹	0	0
Defesa	2.216	144
Outros	5.109	618
Total	107.880	22.587

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 2º bim.
Produção Industrial	2.410	866
Mineração	2	0
Energia Elétrica	116	1.364
Combustíveis Minerais	77.454	17.042
Transporte Aéreo	2.114	136
Transporte Hidroviário	2.792	162
Transportes Especiais	6.371	1.759

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 2º bim.
Indústria	2.450	878
Comunicações	1.033	67
Energia	96.942	20.930
Transporte	3.481	202

Fonte: Portaria n.º 17/2011 do MPOG.

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 2º bim.
Grupo Eletrobrás	8.225	1.292
Grupo Petrobras	91.278	20.465
Cias DOCAS ²	775	50
Infraero	2.216	144

²Despesas alocadas na Presidência da República.

Documento elaborado com dados disponíveis até 5 de junho de 2011.